Acho que temos que ficar atentos e cobrar do governador Alckmin e, também, da Presidência desta Casa que pautem esses projetos o mais rapidamente possível, para que eles possam, finalmente, ser aprovados.

Muito obrigada. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, quero continuar a fazer um apelo à Assembleia Legislativa, para que nós posamos votar o PLC nº 01, de 2018, esse projeto de lei do qual falei no meu primeiro pronunciamento. A deputada Beth Sáhão também acabou de falar sobre ele. É o projeto do reajuste dos servidores.

Se ele não for aprovado nesta semana, os servidores não terão acesso a esse reajuste ainda neste mês ou no próximo holerite, que sai em março. Embora o reajuste seja retroativo, os servidores estão precisando do dinheiro agora, exatamente nos primeiros dias do pagamento de março. Não há nada que impeça a aprovação desse projeto - até porque há um consenso entre oposição e situação de que o projeto tem que ser aprovado.

Agora, a Assembleia Legislativa é muito inoperante nesse sentido, além de ser, logicamente, um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, pois atende aos interesses do Palácio e do governador Alckmin. Mesmo quando isso não está em jogo, ela não consegue funcionar corretamente. Esse projeto já deveria ter sido votado ontem.

Nós apresentamos emendas, para que as porcentagens sejam corrigidas, porque há injustiças de todos os níveis. O projeto em si já é injusto, porque chega, no máximo, a 7% de reposição das perdas inflacionárias com os professores - o que é pouco. Eu apresentei a Emenda nº 12, que realmente faz Justiça, e vou lutar para que ela seja aprovada. Nós fizemos os cálculos com algumas entidades representativas dos servidores e o reajuste teria que ser de, no mínimo, 30% - para repor não todas, mas uma parte das perdas inflacionárias, porque a dívida do Estado com os servidores é grande.

Vão falar: “Mas, não há dinheiro.” Há dinheiro, sim. Nós acompanhamos, aqui, tanto a aprovação do Orçamento como a execução orçamentária. Aliás, há muito dinheiro no Orçamento estadual. A questão é: para onde vai o dinheiro? O Orçamento é disputado. Por um lado, há as grandes empresas do estado de São Paulo, os grandes frigoríficos, as grandes mineradoras, disputando, através das isenções fiscais, dos benefícios fiscais. Tanto é que nós já denunciamos, exaustivamente, essa política de desoneração fiscal que canaliza mais de 15 bilhões de reais do orçamento público para empresas privadas, como a Friboi, que recebe essas isenções, como as grandes mineradoras, a Ambev, as grandes avícolas, empresas do agronegócio.

Nós temos a lista desses setores que são beneficiados por essas isenções fiscais que, na prática, é transferência do dinheiro dos nossos impostos para esses grupos econômicos. Nós já denunciamos exaustivamente isso. Até o Tribunal de Contas, que é um outro puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, já fez essa observação nas contas do governador de 2016 - nós debatemos isso exaustivamente quando as contas foram aprovadas no final do ano passado.

Então, dinheiro tem. O que nós queremos é que o dinheiro público seja canalizado para as áreas sociais e para a valorização dos servidores. É por isso que nós insistimos nessa tese. Nós queremos votar o projeto ainda nesta semana.

Eu concluo a minha intervenção dizendo que nós vamos realizar duas audiências públicas na próxima sexta-feira contra a extinção das bandas de fanfarra da rede municipal de ensino. O prefeito Doria está extinguindo as bandas de fanfarra - o Alckmin extinguiu a banda sinfônica do estado de São Paulo há um ano, mesmo com aquela emenda que nós aprovamos de cinco milhões para salvá-la, quando ele congelou o dinheiro e não investiu na salvação da Banda Sinfônica do estado de São Paulo, que é um patrimônio cultural e histórico do Estado.

Agora, o prefeito Doria está acabando com as bandas de fanfarra. Ele demitiu todos os acobadores. Eu fui ontem ao Ministério Público para uma audiência e, na sexta à tarde, às 16 horas, haverá uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa. O deputado Luiz Carlos Gondim coordena uma frente parlamentar em defesa das bandas de fanfarra do estado de São Paulo.

Nós também vamos realizar uma outra audiência pública em defesa dos alunos autistas. O governador Geraldo Alckmin publicou um edital que, na prática, está impedindo o acesso de centenas de crianças autistas às escolas conveniadas do Estado. Essas crianças estão fora da escola, perderam suas matrículas, por conta da mudança de um edital. O que nós queremos é que seja alterado - ou revogado. A própria Defensoria Pública conseguiu agora uma liminar suspendendo os efeitos dessa alteração, mas é liminar ainda e o Estado está recorrendo.

O Estado é tão covarde que recorre contra. Ele coloca todo o seu aparato jurídico, a sua Procuradoria Geral do Estado, contra alunos autistas. Esses alunos autistas só estão tendo acesso à Educação no estado de São Paulo porque o Ministério Público estadual entrou com uma ação contra o Estado e ganhou. O estado não cumpre a sua obrigação no atendimento na área da Educação Especial, como determina a Constituição Federal, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente. É um Estado fora da lei, que só atende uma parte da demanda - porque a demanda é alta.

O Estado só está atendendo porque o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública e ganhou na justiça. Então, o Estado está atendendo mas, mesmo assim, de uma forma totalmente precarizada e dificultando o acesso. É um Estado criminoso e covarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS – PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, constatamos aqui ontem dois problemas, são vários, mas ontem foram constatados dois.

Um foi a PEC nº 05, a “peteca 05”. Virou uma peteca, vai para lá, vem para cá, e não tem uma definição. Pode-se dizer que não vai votar, mas fica essa coisa de vai e vem. É terrível para todo mundo, para os deputados e para a população, para aqueles que reivindicam já há muito tempo.

Esse clima que foi criado vai gerando cada vez mais expectativa. Esse é um problema sério. Nós tivemos um problema também na Comissão de Saúde, depois eu vou falar. Nós temos o problema da intervenção que foi feita. É um golpe, uma intervenção que foi programada, preparada lá em Brasília, contra a Dilma.

Muita gente até achou que aquilo era uma coisa importante, que o Brasil agora ia melhorar. Teve gente que saiu nas ruas de verde e amarelo. Sempre usaram o verde e o amarelo contra o povo, para enganar o povo, porque esse verde é de todo mundo e o azul é de todo mundo, o branco de todo mundo. Não é para usar isso para iludir a população.

Perpetrado isso, o que acontece em consequência? Aumenta a violência, aumenta o número de desempregados neste País. Piora a situação da Saúde, porque até recursos que já estavam previstos foram sendo retirados. Com a Educação, a mesma coisa. Recursos do Pré-sal, que estavam previstos para a Saúde, Educação e para os problemas sociais, foram sendo retirados.

A inflação continua aumentando, basta ver quando vamos aos mercados comprar qualquer coisa. Aparecem pesquisas dizendo que o número de desempregados reduziu. Nós percebemos nas ruas como está a população. Quando falamos da Educação, nós vemos professores sem conseguir aula para dar e alunos fora de aulas.

Então chegamos ao Rio de Janeiro. Aquela intervenção do Exército. Expor o Exército, que não foi treinado para lidar com marginais, com a população. Foi o que observamos nos morros, nos problemas com as drogas e coisas parecidas, frente a frente.

Eu vi um jornal, se não me engano foi na “Folha de S.Paulo”, trazendo lá uma fotografia do Exército no Rio de Janeiro. Uma porção de crianças encostada numa parede, de mochilas, porque saíram da escola, encostadas na parede, de mãos pra cima e sendo revistas.

Crianças que saiam de escolas. Será que isso vai resolver o problema da violência? Há tantas coisas que antecedem, dar as condições para a população, oportunidades para os jovens.

Nós estamos no momento de discutir a violência. A Campanha da Fraternidade da igreja está discutindo a questão da violência. Combater a violência, reduzir a violência, criar a paz neste País.

Para concluir, quero falar da questão da Comissão de Saúde. Nós apresentamos dois requerimentos na Comissão de Saúde para serem pautados, para conversar sobre, discutir a questão das vacinas da febre amarela. A população está assustada, alguns estão morrendo, outros com problemas em vários lugares. E os argumentos são os mais variados: “isso é silvestre”. Como é silvestre, se está no meio das cidades?

Outro argumento foi que a população ficou desesperada e todo mundo foi atrás da vacina, por isso não havia vacina. Não houve planejamento, preparação para isso, para que a população não fosse iludida várias vezes, pensando que havia vacina, mas não havia. As pessoas ficaram em filas enormes, vergonhosas, esperando que houvesse vacina. Por que a população ficou assustada? Porque a mídia está anunciando que há macacos morrendo, que a população está sendo atingida.

Já faz um pouco de tempo que isso vem acontecendo, começou na região de Minas Gerais e foi se expandindo. Parecia que aqui não ia chegar, aqui é outro país, outro Brasil. Não há problemas aqui, não ia chegar aqui, por isso não houve previsão para enfrentar esse problema. E então jogam a culpa na população, que ficou desesperada e foi para as filas.

“Havia vacinas suficientes, mas a população se desesperou e todos procuraram ao mesmo tempo.” É que a população não acredita, pois as pessoas foram várias vezes tomar vacina e não encontravam. Agora estão dizendo que está sobrando porque a população não está interessada ou porque alguns têm receio. Criaram vários obstáculos, tinha que marcar por telefone... Vejam o ponto ao qual estamos chegando.

Essa intervenção que eu falei lá de Brasília está chegando aqui. Na Comissão de Saúde, eu apresentei esses requerimentos solicitando que convidassem o secretário de Saúde para falar desses assuntos. Um deles era a febre amarela, o outro era o Hospital Emilio Ribas, um hospital grande que trata de infecções e vários problemas nessa área extremamente importante.

Saui na imprensa que houve roubos de medicamentos nesse hospital. Isso foi investigado, algumas pessoas foram presas. O que pedimos era que houvesse mais informações sobre isso, para que pudéssemos ao menos saber o que está acontecendo. Remédios são coisas difíceis e caras para a população, e de repente estão sendo roubados em um hospital como este.

Sr. Presidente, eu sei que meu tempo está passando, mas estes são assuntos que nos atingem profundamente, na medida que esses requerimentos não foram colocados para serem observados. Na Comissão de Saúde, outra questão é a vinda do superintendente do lamspe, que é o instituto dos trabalhadores do Estado de São Paulo na área da Saúde. Para que as pessoas entendam, é o hospital do Servidor, os convênios que são feitos para a população ser atendida no estado de São Paulo. O estado inteiro tem problemas.

O Hospital do Servidor também está com problemas: dificuldades de marcar consultas, dificuldades de atendimento, problemas relativos a leitos etc. Seria interessante que o Latif Abrão viesse aqui falar um pouco, uma vez que há uma intervenção grande lá e ele está sendo acusado. Não estou julgando. Mas nós da Comissão da Saúde estamos pedindo que ele venha falar. Isso não foi pautado. Apresentei com tempo hábil, no dia 15 de dezembro. E não é pautado.

Depois, tivemos a informação de que o secretário da Saúde viria, pelo Art. 52. Ele tem a obrigação de vir uma vez a cada semestre. Mas nós não fomos informados de que já viria o secretário. E, para não dar a característica de que esses requerimentos também estivessem incluídos nesse convite ao secretário... Então, fui boicotado.

O presidente da Comissão de Saúde não pode tomar a decisão. Não quero criar polêmica. Estou aberto para conversar; sempre fui assim. Mas eu poderia receber o comunicado no meu gabinete. Meus assessores estiveram lá, conversando com os assessores deles. Mas isso não foi feito. Portanto, esse tipo de intervenção é preocupante, porque chegou a esta Casa. Se a intervenção começa a chegar às comissões... O presidente tem esse poder de intervenção, de decidir isso? Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de comunicar ao deputado Marcos Martins que a situação dos convênios do lamspe é bastante delicada. Cobrei, aqui, que fosse feita uma emenda para que pudéssemos socorrer o hospital e os convênios do lamspe. Esse socorro viria através de uma emenda que nós propusemos ao governo do estado na pessoa do secretário. Eles precisam de pelo menos 100 milhões para terminar este ano.

Fiz um voto contrário ao Orçamento. Os funcionários públicos do estado precisam ser atendidos, mas não conseguem pagar um plano de saúde, não são atendidos pelo SUS, nem no Ame, nem no Hospital do Estado. Eles têm o convênio, mas a contrapartida do governo não vem. Então, realmente cabe uma vinda do Latif aqui. É importante. Cabe também falarmos aqui, com todos os deputados, que o lamspe e os funcionários públicos precisam de seu atendimento. A contrapartida do governo não vem. Então, isso seria para continuar os convênios, pois o dinheiro vai acabar até setembro. Até setembro, quem é funcionário público vai ficar com dificuldades de ter o atendimento. É muito grave.

Então, fiz esse voto contrário ao Orçamento somente por isso, em protesto à falta de atenção aos funcionários públicos. Um milhão e duzentos e cinquenta mil funcionários públicos! É muita gente. O Hospital do Servidor Público do Estado não pode ser o único local de atendimento. A pessoa enfarta em Ribeirão Preto, em São José do Rio Preto, em Presidente Prudente, em Mogi das Cruzes, que é minha cidade, ou na região de Taubaté e São José dos Campos e tem que vir para cá para ser atendido. Não tem cabimento, temos que ter outros convênios.

Na oftalmologia é um desastre. E a maioria dos funcionários públicos, principalmente professores, são pessoas que já estão aposentadas, com mais de 65 anos, que têm algumas doenças, algumas patologias oftalmológicas. Então, precisamos dar essa atenção.

Sr. Presidente, quero falar um pouco também sobre a situação da Santa Casa de minha cidade. Somos referência para todo o Alto Tietê. Hoje, estamos com 62 gestantes. A capacidade é para 38 gestantes. Temos só nove leitos de UTI neonatal, sendo que deveríamos ter 15 ou 20 leitos, no mínimo. Estamos pedindo, implorando ao Governo do Estado para que faça essa nova maternidade, que poderia ser dentro da própria Santa Casa de Mogi. É um apelo que estamos fazendo.

A Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes tem feito esse pedido, pois, dentro de pouco tempo, teremos novamente infecções hospitalares dos neonatos que nascem em Mogi das Cruzes.

Nós recebemos Salesópolis, Biritiba, Suzano, Poá, Ferraz, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes... Quando o caso complica, vem para Mogi das Cruzes. A Santa Casa está nessa situação, precisando de uma nova maternidade. É impossível fazer uma Santa Casa ter dinheiro para fazer uma construção dessas, ou uma reforma ou ampliação. É necessário dinheiro do Governo do Estado.

Então, é um apelo que estamos fazendo ao Governo do Estado, para que o secretário David Uip dê uma atenção à Santa Casa de Mogi das Cruzes, em relação a essa maternidade. Já temos um acompanhamento do Ministério da Saúde, que diz que pode nos ajudar também. Vamos tentar fazer alguma coisa por essas gestantes que são atendidas pelo SUS.

Eu gostaria de falar sobre outro assunto aqui: estive há pouco na Secretaria de Assistência Social resolvendo problemas do programa “Vivaleite”. Algumas explicações foram dadas pelo Rafael, que é o assessor parlamentar, e pelo Paulo, que é o diretor do programa “Vivaleite”.

Em primeiro lugar, falaram sobre a fiscalização que eles estão fazendo na refrigeração do leite, que sai do produtor e vem em caminhões até São Paulo ou outras cidades. Esse leite deve ser entregue a uma temperatura de sete graus. O que fizeram de barbaridades... Contrataram outra empresa, entregaram leite estragado... Eles estão em cima disso, fiscalizando para que essa refrigeração do leite seja feita adequadamente.

Eles descredenciaram algumas entidades que estavam recebendo leite e não estavam assinando a documentação correta. Houve entidade até que vendia leite, veja que absurdo.

O que chamou a atenção é que as entidades contratavam empresas para fazer a entrega. Esse leite tem de chegar a sete graus àquelas pessoas - crianças entre seis meses e seis anos e adultos acima de 60 anos - que chamam de extrema pobreza.

O que aconteceu? Essas pessoas recebiam o leite, só que o pessoal do caminhão contratado dormia sem manter a parte da refrigeração ligada. Então entregavam o leite no dia seguinte sem condições de uso. Estivemos com o pessoal da Vila Cléo, de Mogi das Cruzes, Jardim Margarida e Recanto Monica, com o Sr. Manuel, o Sr. Antonio, o Sr. Celso e o Dudu do Táxi, que nos mostrou que tomam todos os cuidados. As pessoas ganham mais ou menos 250 reais, têm toda documentação correta, mas o problema todo estava justamente nas pessoas que entregavam o leite e algumas empresas foram cortadas, sejam as entidades de laticínios que atendiam e terceirizavam a entrega de leite, sejam as entidades que tinham alguma irregularidade, como o caso da venda do leite para aquelas pessoas. Cobravam cinco reais por mês. Ou seja, eram pessoas de extrema pobreza e ainda usavam de desonestidade para com elas.

Nesse sentido, quero parabenizar o secretário Pesaro pelo belo trabalho na Secretaria, mas dizer que quando levamos uma entidade para ser atendida pelo Programa “Vivaleite” é porque realmente são locais pobres, pessoas de extrema pobreza e que precisam ser atendidas pelo programa, por sinal um dos melhores programas do Governo do Estado.

Estamos atentos a essa condição que o Sr. Paulo, diretor do programa, está fazendo para que o leite seja entregue em condições de ser usado. Estamos monitorando essa condição da Secretaria de Assistência Social através do secretário Pesaro.

Enalteço o Programa “Vivaleite”, mas queria que o governador criasse, pois este é um programa bom, um programa que atende realmente pessoas de extrema pobreza.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - WELSON GASPARINI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental, antes, porém, esta Presidência, atendendo solicitação das nobres deputadas Maria Lúcia Amary, Leci Brandão, Rita Passos, Ana do Carmo e Célia Leão convoca V. Exas., nos termos do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se dia 12 de março, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 34 minutos,

22 DE FEVEREIRO DE 2018 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e LUIZ CARLOS GONDIM
Secretário: LUIZ CARLOS GONDIM

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

3 - CORONEL TELHADA

Comunica a morte do policial militar Guilherme Lopes da Cruz, em assalto ocorrido em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. Lê e comenta matéria jornalística, segundo a qual o exército terá que recuperar a estrutura da polícia do Rio de Janeiro. Defende investimentos na carreira policial a fim de coibir a violência.

4 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

5 - VITOR SAPIENZA

Demonstra-se insatisfeito com acordos firmados nesta Casa a respeito das votações de matérias legislativas. Faz reflexões sobre as próximas eleições.

6 - LUIZ CARLOS GONDIM

Comenta manchete do jornal “Folha de S. Paulo” a respeito de programa de isenção fiscal que prejudica instituições filantrópicas que tratam de pacientes com câncer. Destaca sua atuação no interior do Estado em defesa de hospitais como o de Barretos e de Jaú, destinados a atender pacientes com câncer. Manifesta-se contra corte de investimentos no SUS.

7 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene a ser realizada em 23/02, às 10 horas, com a finalidade de “Conceder o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Maestro João Carlos Martins”. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Luiz Carlos Gondim para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – LUIZ CARLOS GONDIM – SD - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Carlos Gondim.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, funcionários, assessores, policiais militares, telespectadores da TV Assembleia, quero falar aqui, hoje, sobre mais uma morte de um policial militar no estado do Rio de Janeiro.

Apesar de estarmos em São Paulo, a preocupação é a mesma, porque trabalhamos na mesma área, que é a Segurança Pública, e sentimos quando morre um policial militar de outro estado, porque é um irmão de armas, como se fosse na nossa Polícia, e quando jovem ainda é como se fosse meu filho, porque tem a idade do meu filho. Falo do tenente Guilherme Lopes da Cruz, com 26 anos de idade, morto num roubo na madrugada da quarta-feira, ontem, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. Vocês devem se lembrar de que há uns dias falei sobre o sargento Cauza, que foi morto também em um roubo e quando foi morto levaram a sua arma, o seu veículo. Esse tenente Guilherme participava da busca e apreensão desse material, mas quando estava saindo do serviço, parou em uma lanchonete para comer um lanche e enquanto ele voltava para retirar esse lanche da lanchonete, vagabundos, criminosos, chegaram e anunciaram a morte.

Ele reagiu. Parece que atingiu um dos criminosos, mas foi morto com vários tiros. O tenente Guilherme tinha 26 anos. Estava há três anos na Polícia Militar. Em nome desta Casa, quero transmitir a todos os policiais militares da Polícia Militar do Rio de Janeiro nossas sinceras condolências, nossos pésames pela morte do tenente Guilherme Lopes da Cruz. Só para que os senhores saibam, hoje é dia 22 de fevereiro e é o vigésimo policial morto no Rio de Janeiro. Praticamente nós temos um morto a cada dois, três dias no estado do Rio de Janeiro.

É uma grande fatalidade que não é só uma realidade do Rio de Janeiro, mas também uma realidade em todo o Brasil, como aqui também no nosso estado de São Paulo. Eu trouxe uma matéria que inclusive fala da morte do tenente Guilherme, mas dizendo sobre a atuação do Exército no Rio de Janeiro. Olhem só o título da matéria: “Exército terá que recuperar a estrutura da polícia do Rio”. Muitas vezes nós vemos críticas à polícia do Rio de Janeiro, de outros estados, inclusive à de São Paulo, dizendo que está muito ruim, que está com problemas, como se a polícia fosse a responsável pela criminalidade.

Eu sempre digo aqui e reforço: o responsável pela criminalidade é o governador que não toma as atitudes que deveria tomar. No Rio de Janeiro, não há dúvidas. É inconteste a falha do governo por parte do governador, sendo que, inclusive, o ex-governador está preso porque é ladrão e nós esperamos que continue preso. Nesse caso, essa matéria fala o seguinte: “O general Walter Souza Braga Netto, que foi nomeado para comandar a Segurança Pública no Rio de Janeiro...”.

Repito: não é uma intervenção militar, nem uma intervenção federal. Simplesmente é uma nomeação para que o general assuma a Segurança Pública no Rio de Janeiro que está sendo feita de maneira incorreta, porque o estado de defesa não foi decretado. Portanto, está deixando os militares em uma situação terrível. Olhem o que o general fala: “Recuperação da estrutura da polícia do Rio com a compra de armas e carros para atender a velha queixa de falta de estrutura”. Ou seja, armamento insuficiente, viatura insuficiente, salário que é uma porcaria. O pessoal do Rio não recebeu nem o 13º ainda.

Como é que nós vamos combater o crime se nós não valorizamos aquele que combate o crime? Como é que nós vamos tomar uma ação enérgica contra o crime se não valorizamos aquele que tem que brigar contra o bandido, que tem que lutar contra o bandido? É uma maneira idiota a maneira de pensar do governo federal quando pega e coloca uma intervenção ou um general para fazer a Segurança Pública e não dá os meios.

Agora sim, com a presença do general, parece que os meios chegarão, mas até ontem, como é que ficava? Ficava totalmente abandonado. Ficava totalmente cheio de problemas. É uma grande fatalidade, uma grande hipocrisia, porque nós continuamos a ver o que é feito com a Segurança Pública. Aliás, no Brasil tudo é feito de maneira empírica. Nada é feito para funcionar. Tudo é feito para enganar, para o povo acreditar que está sendo feito alguma coisa, mas não tem resultado.

Se as medidas que estão sendo tomadas com o Exército agora tivessem sido tomadas já há cinco, seis anos atrás pelo próprio governador, com certeza não estaria o caos que está hoje, como em São Paulo também. Em São Paulo, está da mesma maneira. Nós não temos uma situação catastrófica ainda em São Paulo porque as polícias valorizam o serviço delas, porque se fosse depender de apoio do governo, de apoio de salário, de apoio de imprensa, de apoio da população, com certeza as polícias já teriam parado.

Quero lembrar aqui que o policial militar que se confronta com bandido na rua e mata esse bandido não tem o mínimo de apoio do governo. Aliás, ele é punido de imediato. Ele é tirado da rua, ele é transferido de batalhão, ele tem que vender os bens dele, o seu carro, a sua casa, os seus bens para poder pagar um advogado para defendê-lo em uma ação que o próprio estado o colocou.

Que maneira é essa de trabalhar? Ou nós mudamos isso ou nós não vamos consertar nunca a Segurança Pública. Tem que mudar a legislação, tem que valorizar a tropa, os policiais, tem que arrumar um meio de defesa para os policiais, porque o professor, o médico, todos em uma valorização acima do normal. Sempre valorizamos todos aqui.

Difícilmente eles se encontram na situação que se encontra o policial todo dia, estando em uma linha tênue entre um crime e um tiroeteio. Ele está ali trabalhando e está tudo bem. Dali a um segundo, está no meio de um tiroeteio. Pronto, matou alguém. E aí, como é que faz?

Aí o policial tem que se virar para não ir para a cadeia. E o Estado faz o quê? Nada! É ridículo isso. Ou mudamos isso, ou não vamos melhorar nunca. Tudo o que está sendo feito, é perfume de penteadeira: não serve para nada, só para enfeitar. É perfume de penteadeira, não serve para nada porque, se quer realmente arrumar a Segurança Pública, é só pôr a polícia na rua e deixar a polícia trabalhar, porque a polícia sabe trabalhar sim, mas ela precisa ter apoio: um apoio legal e um apoio governamental.